

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA**

**EFEITOS DO AUMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO SOBRE O RISCO DURANTE
PERÍODOS DE CRISE FINANCEIRA**

DÉBORAH MONTEIRO BUENO QUINTÃO

**Belo Horizonte
2012**

DÉBORAH MONTEIRO BUENO QUINTÃO

**EFEITOS DO AUMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO SOBRE O RISCO DURANTE
PERÍODOS DE CRISE FINANCEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Estratégica (Pós-Graduação Lato Sensu) do CEPEAD/CAD/FACE da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Especialista em Gestão Estratégica com Ênfase em Finanças.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca examinadora em 30 de agosto de 2012.

Orientador: Luiz Alberto Bertucci

Belo Horizonte
2012



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização e Gestão Estratégica

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do(a) Senhor(a) **DEBORAH MONTEIRO BUENO QUINTÃO**, REGISTRO N° 2011674705. No dia 30/08/2012, às 19:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização e Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "EFEITOS DO AUMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO SOBRE O RISCO DURANTE PERÍODOS DE CRISE FINANCEIRA", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, a orientador(a) e Presidente da Comissão, Professor(a) Luiz Alberto Bertucci, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

() APROVADO

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (PRAZO MÁXIMO de 60 SESENTA DIAS)

() NÃO APROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo orientador e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30/08/2012.

Prof. Luiz Alberto Bertucci
(Orientador)

Prof. Bruno Pérez Ferreira



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização e Gestão Estratégica


MODIFICAÇÃO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Modificações exigidas no TCC do(a) aluno(a) **DEBORAH MONTEIRO BUENO QUINTÃO**, número de matrícula **2011674705**.

Modificações solicitadas:

Elaborar de novo capítulo de resultados e inserir conteúdos de capítulo de conclusão. E - apontar, no de a seguir, indica artigos específicos da área financeira (artigos financeiros)

O prazo para entrega do TCC contemplando as alterações determinadas pela comissão é de, no máximo 60 dias, sendo o orientador responsável pela correção final.

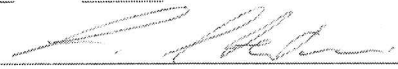

Prof. Luiz Alberto Bertucci
(Orientador)

Deborah Quintão
Assinatura Aluno(a): **DEBORAH MONTEIRO BUENO QUINTÃO**

Atesto que as alterações exigidas Foram Cumpridas
 Não foram cumpridas

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2012.

Professor Orientador


Assinatura

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
1.1	O Problema e sua Importância.....	6
1.2	Objetivos.....	6
1.2.1	Objetivo geral.....	6
1.2.2	Objetivos específicos.....	7
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1	Crédito e Risco de Crédito.....	8
2.2	O Mercado de Crédito Bancário.....	9
2.3	A Crise de 2008.....	10
3.	METODOLOGIA.....	13
3.1	Estrutura Contábil das Demonstrações Financeiras.....	13
3.2	As Normas Básicas do Balanço Patrimonial.....	14
3.3	As Normas Básicas Demonstração de Resultados	14
3.4	Algumas Considerações sobre os Resultados dos Bancos.....	15
3.5	Indicadores e Critérios de Análise de Bancos.....	15
3.5.1	Solvência e Liquidez.....	16
3.5.1.1	Encaixe Voluntário.....	16
3.5.1.2	Liquidez Imediata.....	16
3.5.1.3	Índice de Empréstimos / Depósitos.....	17
3.5.1.4	Capital de Giro Próprio.....	17
3.5.1.5	Participação dos Empréstimos.....	17
3.5.2	Capital e Risco.....	17
3.5.2.1	Indicadores de Análise de Capital.....	18
3.5.3	Rentabilidade e Lucratividade	19
3.5.3.1	Índices Básicos de Lucratividade.....	19
3.5.3.2	Índices de Rentabilidade e Spread.....	20
4.	RESULTADOS.....	21
4.1	Solvência e Liquidez.....	21
4.1.1	Encaixe Voluntário.....	21
4.1.2	Liquidez Imediata.....	21
4.1.3	Índice de Empréstimos / Depósitos.....	22
4.1.4	Capital de Giro Próprio.....	22

4.1.5	Participação de Empréstimos.....	23
4.2	Capital e Risco.....	24
4.2.1	Indicadores de Análise de Capital.....	24
4.2.1.1	Independência Financeira.....	24
4.2.1.2	Leverage.....	24
4.2.1.3	Relação Capital / Depositantes.....	25
4.2.1.4	Imobilização do Capital Próprio.....	25
4.3	Rentabilidade e Lucratividade.....	25
4.3.1	Indicadores Básicos de Rentabilidade.....	25
4.3.1.1	Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	26
4.3.1.2	Retorno sobre o Investimento Total.....	26
4.3.1.3	Margem Líquida.....	26
4.4	Índice de Rentabilidade e Spread.....	27
4.4.1	Margem Financeira.....	27
4.4.2	Custo Médio de Captação.....	28
4.4.3	Retorno Médio das Operações de Crédito.....	28
4.4.4	Lucratividade dos Ativos.....	29
4.4.5	Juros Passivos.....	29
5.	CONCLUSÕES.....	30
5.1	Solvência e Liquidez.....	30
5.2	Capital e Risco.....	30
5.3	Rentabilidade e Lucratividade.....	30
	ANEXOS.....	32
	TABELAS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional iniciada em meados de 2007, com a elevação da inadimplência e a desvalorização dos imóveis e ativos relacionados às hipotecas americanas de alto risco assumiu dimensões catastróficas no segundo semestre de 2008, após a falência de várias instituições bancárias e não bancárias.

Segundo Caprio (1998) crises são ocasionadas por falhas nos setores econômico e empresarial combinadas com vulnerabilidades no setor econômico.

Apesar disso, o ritmo e a intensidade com que cada país foi atingido variou significativamente, respondendo às características de suas economias e ao modo como elas estavam articuladas à economia internacional (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2011, p. 11).

No caso dos países em desenvolvimento, a despeito dessas diferenças, de modo geral, o processo de saída e de recuperação da crise foi relativamente uniforme, uma vez que, em 2010, boa parte dessas economias já apresentava taxas de crescimento positivas, bem como recuperação do emprego. Isso se explicou pelo fato de essas nações terem empregado, ao longo da crise, um conjunto amplo de políticas macroeconômicas fortemente expansionistas (IPEA, 2011, p. 12).

O Brasil, após anos de instabilidade que marcaram seu quadro econômico dos anos de 1980 e de 1990, exibiu desde 2003, uma melhora substancial nas principais variáveis macroeconômicas, acompanhada pela estabilidade política e institucional, e por taxas positivas de crescimento. O aquecimento da economia, entre outros motivos havia se refletido na evolução do crédito (IPEA, 2011, p. 57).

Inúmeras medidas foram tomadas pelo governo brasileiro diante do agravamento do cenário mundial para evitar uma piora no sistema financeiro e nos setores atingidos pelos efeitos da crise.

Além da concessão de parcelas extras no seguro desemprego para mais de 200.000 desempregados, ampliação da lista de produtos com redução do IPI e prorrogação da redução do IPI para o setor automotivo, podemos destacar várias medidas no sentido de aumentar a oferta de crédito:

a) Criação de um sistema de garantias para aumentar os recursos para bancos médios e pequenos;

b) Prorrogação pelo Banco Central do prazo pelo qual os grandes bancos poderiam descontar do depósito compulsório a prazo as compras de carteiras de crédito e outros ativos dos bancos de menor porte;

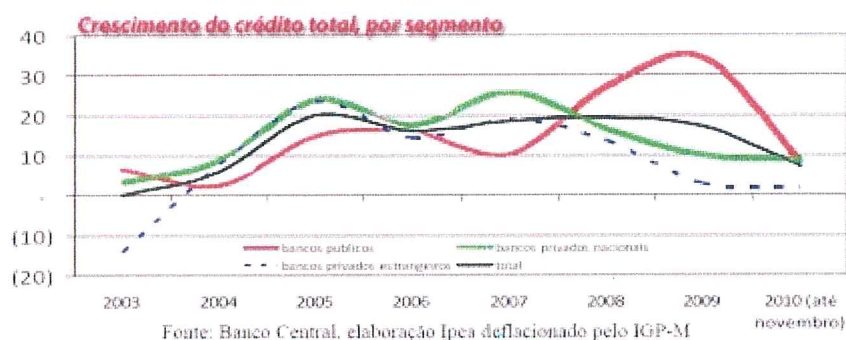
c) Ampliação do limite de empréstimo consignado para aposentados. O beneficiário poderia voltar a comprometer até 30% da sua renda com empréstimos com desconto em folha;

d) Alocação de recursos adicionais para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2010.

No início de 2004, as operações de crédito não superavam 26% do PIB, enquanto, no final de 2007, atingiu o patamar de 33% do PIB e, em 2008, representou 41% do PIB. No auge da crise – terceiro trimestre de 2008 – essa relação girou em torno de 37% do PIB. (IPEA, 2011, pág. 57).

Segundo o IPEA (2011), a crise fez recuar, sobretudo a oferta de crédito à indústria. Em 2009, a taxa de crescimento real do crédito industrial foi negativa para o conjunto do setor privado, seja ele de propriedade nacional ou estrangeira. A ação dos bancos públicos foi, nesse processo, fundamental para sustentar o volume de crédito ao setor industrial.

Os números do Banco Central, compilados pelo IPEA, mostram que os bancos públicos, de 2008 a 2010, expandiram em 71,4% – em valores reais – os seus financiamentos à indústria, enquanto os bancos privados nacionais os aumentaram em apenas 26%, conforme gráfico abaixo:



O Banco do Brasil ocupou o patamar de maior banco brasileiro após o ocorrido, liderando o ranking de concessão de crédito.

1.1 O Problema e sua Importância

Pelo que se observou até então, o aumento da oferta de crédito foi de essencial importância para a recuperação do Brasil diante a crise.

Sempre que se fala em crédito, lembra-se de instituições financeiras. Os bancos têm como atividade principal intermediar recursos. Captam recursos de seus clientes e do mercado e, posteriormente, sob forma de empréstimos repassam esses recursos com os quais realizam seus ganhos.

Não basta simplesmente ofertar mais crédito à população para um banco ter seu lucro aumentado. Se o crédito for liberado de qualquer forma para o tomador, corre-se o sério risco dele não conseguir arcar com suas obrigações.

Além disso, a forma que uma instituição financeira consegue emprestar mais, seja captando no mercado, ou usando seu patrimônio líquido; o que ela mantém de seus recursos como reserva para sanar as necessidades de saque de seus depositantes; a que custo ela está captando recursos do mercado e qual tanto a participação de empréstimos está comprometendo sua liquidez, são questões muito importantes. O Banco do Brasil elevou sua carteira de crédito em 40% em 2008 e o Itaú Unibanco em 20% no ano de 2009, o processo que gerou esse aumento de oferta e qual as repercussões para a estrutura da instituição não podem ser ignorados.

Em períodos de crise em que o país já se encontra totalmente fragilizado pelos efeitos da mesma, a forma que essa medida anticíclica de combate à crise foi atendida pelos bancos necessita ser ainda mais eficaz, pois se o aumento da oferta de crédito por feito pelas instituições financeiras sem um seguro planejamento e isso trazer queda de sua liquidez, aumento de seu endividamento, essa instituição pode até chegar a falência e com isso, além de não ajudar o país no combate a crise pode contribuir para uma desestruturação ainda maior.

Com isso, estudos sobre os efeitos financeiros gerados às instituições financeiras com políticas anticíclicas de combate à crise tornam-se fundamentais para possam contribuir para a reestruturação do país.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo desse estudo é analisar qual impacto o aumento da oferta de crédito concedido pelo Banco do Brasil durante a Crise de 2008 teve sobre seus resultados financeiros.

1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos pretende-se analisar:

- 1 – A oferta de crédito;
- 2 – Liquidez e solvência;
- 3 – A rentabilidade;
- 4 - Alterações da estrutura de capital e risco.

Para isso, serão usados dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício (DRE) do Banco do Brasil - principal banco brasileiro que teve sua oferta de crédito expandida durante a Crise de 2008 e do Itaú Unibanco - um dos maiores bancos privados brasileiros.

Serão analisados os anos de 2007 a 2011 que é o período que de fato observam-se sinais da Crise de 2008.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse referencial abrange conceitos de crédito, risco de crédito e adimplência. Apresenta o mercado de crédito bancário e comenta sobre a crise financeira internacional de 2008.

2.1 Crédito e Risco de Crédito

O crédito corresponde a um dos mais importantes instrumentos financeiros. Ele é fundamental para gerar mais consumo e investimento, e com isso gerar crescimento e desenvolvimento econômico (KASZNAR, 2009).

Crédito é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e clientes (FILHO; KROENKE; SOTHE, 2009).

Sobre risco Capelletto (2008) afirma:

O risco é considerado uma variável determinante à evolução humana, pois a sua ausência implica na incerteza de resultados e a restrição à construção de conhecimentos. Não obstante o antigo conceito, a concepção atual de risco tem origem nos números que permitem quantificar o valor incerto, antes abstrato, produzido por determinada ação.

Em finanças, o risco é a probabilidade de não obter o retorno esperado no investimento realizado. O risco é definido como a própria variância do retorno. Quando maior a amplitude desse desvio, maior será o resultado exigido para compensar o risco assumido.

Risco de crédito é a probabilidade de o tomador de recursos não pagar ou não honrar com as obrigações assumidas, tanto no que tange ao principal quanto ao serviço da dívida.

Segundo Bessis (1998):

Para mensurar adequadamente o risco de crédito, duas dimensões devem ser observadas. Uma de ordem quantitativa relativa ao montante de crédito concedido e outra qualitativa, que abrange aspectos como a situação econômico-financeira do tomador de crédito, o histórico do inadimplemento, a aplicação dada aos recursos, a moeda, o indexador e o prazo da operação, a atividade econômica predominante e as garantias.

Basicamente, dois fatores provocam o desvio do retorno. Um referente às características intrínsecas da operação ou da contraparte, como a garantia prestada ou a capacidade de pagamento do devedor, chamado de risco não-sistêmico ou diversificável. E

outro, não controlável, inerente ao ambiente ou ao sistema, conhecido como risco sistêmico ou não diversificável.

2.2 O Mercado de Crédito Bancário

O crédito não poderia ser feito sem a ajuda de um credor, cujo esforço em captar poupanças desemboca na capacidade de identificar bons devedores, que pagarão o principal que tomaram, mais os juros, no futuro (KASZNAR, 2009).

Os bancos têm como atividade principal intermediar recursos. Captam recursos de seus clientes e do mercado e, posteriormente, sob forma de empréstimos repassam esses recursos com os quais realizam seus ganhos.

Segundo Santos (2000), em 1994 com a implantação do Plano Real, os bancos passaram a se ajustar a uma nova realidade econômica em decorrência da queda da inflação. Como consequência houve um aumento da concessão de empréstimos que possibilitaria a obtenção de maiores retornos. Mas, desta forma, houve maior exposição ao risco, o que tornou a análise e gerenciamento de risco de fundamental importância para minimizar as perdas.

O crescimento da economia impulsiona a aceleração de investimentos e, conseqüentemente a concessão de crédito. Essas mudanças na economia também levam à inadimplência que tornam as instituições financeiras mais frágeis (FILHO; KROENKE; SOTHE, 2009).

No processo pós-liberação de crédito pode ocorrer eventos inesperados que dificultem a devolução dos empréstimos. Ainda, segundo Santos (2000) alguns aspectos devem ser monitorados pelos analistas ao longo desse processo, dentre eles:

- a) Aparecimento de apontamentos restritivos no mercado de crédito;
- b) Deterioração de índices financeiros;
- c) Capital de giro negativo, descumprimento ou violação de cláusulas contratuais;
- d) Solicitação de empréstimos urgentes ou não previstos;
- e) Diminuição das vendas e dos pedidos;
- f) Venda de ativos;
- g) Repentina sucessão administrativa;
- h) Repentina solicitação de desvinculação de garantias acessórias do contrato de empréstimo.

Não se pode, no entanto, acreditar que não existirão perdas. Os bancos devem se antecipar e fazer suas provisões formais para suas perdas inesperadas.

2.3 A Crise de 2008

Uma recessão econômica decorre da retração de investimento e consumo. Com isso as empresas vendem menos, provocando uma queda nos lucros. Esse cenário leva ao aumento das demissões; com menos renda, as famílias cortam o consumo, e o ciclo recomeça. Um país encontra-se tecnicamente em recessão quando seu PIB (Produto Interno Bruto) cai por dois ou três trimestres consecutivos. Por sua vez, uma redução forte e prolongada do PIB é denominada de depressão (MATIAS, 2009, p.11).

Registre-se que, após a depressão ocorrida na década de 1930, nenhuma das crises que ocorreram posteriormente chegou a ser identificada como uma depressão econômica mundial. A última crise mundial, que aconteceu por ocasião da falta de pagamento das dívidas por diversos países do Terceiro Mundo, ocorrida em 1982, a economia mundial cresceu 0,9%. No caso brasileiro, a recessão mais grave ocorreu no governo Collor, em 1990, com uma queda de 4,4% do PIB (MATIAS, 2009).

A crise econômica mundial de 2008 foi um profundo abalo de confiança decorrente de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e assim liquidar seus créditos, está levando bancos e outras empresas financeiras a situação de quebra mesmo que elas próprias estejam solventes.

Com a crise, num primeiro momento, a imediata disseminação do pânico e do pessimismo na economia era justificada pela incerteza tanto sobre o grau de alavancagem do sistema financeiro brasileiro, como sobre os participantes envolvidos nessas operações (IPEA, 2011).

Num segundo momento, observou-se uma rápida reversão do cenário negativo, dadas as intervenções das autoridades econômicas, estimulada por novas valorizações no ambiente financeiro e pelo retorno das expectativas otimistas em patamares semelhantes aos vigentes no primeiro momento (IPEA, 2011, p. 49).

Diante do agravamento do cenário mundial o governo brasileiro adotou uma série de medidas pontuais para evitar uma piora no sistema financeiro e nos setores atingidos pelos efeitos da crise.

Segundo o IPEA (2011), segue abaixo, as principais medidas adotadas em 2009:

- a) Concessão de parcelas extras do seguro-desemprego a mais 200.000 trabalhadores;
- b) Ampliação da lista de materiais de construção que terão isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) por três meses. A nova lista inclui mais seis tipos de produtos, entre eles impermeabilizantes, revestimentos cerâmicos, cadeados e registros de gaveta;
- c) Redução do IPI da linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar e tanquinhos). As alíquotas do IPI passaram de 15% para 5% para as geladeiras, de 5% ou 4% para 0% nos fogões, de 20% para 10% para as máquinas de lavar, e de 10% para 0% para os tanquinhos;
- d) Liberação de mais R\$ 12,6 bilhões em crédito para as empresas do agronegócio. A maior parte do dinheiro, R\$ 10 bilhões, atendeu frigoríficos e empresas do setor de aves, suínos e carnes bovinas;
- e) Criação de uma linha de crédito de R\$ 2,3 bilhões para estocagem da produção de álcool durante a safra de 2009. O objetivo do governo foi de evitar as variações de preços que ocorrem entre o período de produção e a entressafra;
- f) Redução do aperto fiscal em 2009, ao menor patamar desde o início do programa de contenção da dívida pública, há dez anos. A Petrobrás, maior empresa estatal do país, foi liberada da obrigação de controlar gastos e pôde ampliar seus investimentos em R\$ 15,5 bilhões;
- g) Aporte para todos os municípios do país (5.564) de um reforço de até R\$1 bilhão para compensar as perdas nos repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) por conta da queda da arrecadação;
- h) Prorrogação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) reduzido para o setor automotivo por mais três meses, mas com a contrapartida da manutenção dos empregos pelas montadoras. Também estendeu o benefício para motocicletas e para materiais de construção (muitos produtos tiveram a alíquota zerada);
- i) Ampliação da lista dos setores considerados prioritários na área da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) --têm isenção de IR (Imposto de Renda) de pessoas jurídicas;
- j) Criação de um sistema de garantias para aumentar os recursos para bancos médios e pequenos. A medida representou uma injeção de pelo menos R\$ 40 bilhões na economia do país;

k) Prorrogação pelo Banco Central do prazo - pelo qual os grandes bancos poderão descontar do depósito compulsório a prazo as compras de carteiras de crédito e outros ativos dos bancos de menor porte;

l) Ampliação do limite de empréstimo do consignado para aposentados. O beneficiário poderá voltar a comprometer até 30% de sua renda com empréstimos com desconto em folha;

m) Alocação de recursos adicionais para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2011.

3. METODOLOGIA

3.1 Estrutura Contábil das Demonstrações Financeiras

As normas gerais, procedimentos e critérios de escrituração contábil de elaboração das demonstrações financeiras dos bancos comerciais e múltiplos encontram-se no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, o COSIF. As demonstrações contábeis utilizadas pelos bancos são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Segundo Neto (2008), a par da utilização do COSIF, cabe às Instituições financeiras, ainda, a observância dos princípios fundamentais da contabilidade, principalmente no que se refere a:

a) Uso de métodos e critérios contábeis uniformes no tempo. Qualquer alteração relevante nos procedimentos deve ser registrada em notas explicativas;

b) Respeito pleno ao regime de competência no registro contábil das receitas e despesas;

c) Definição de um período fixo par apuração dos resultados;

d) Independentemente da periodicidade em que os resultados são apurados, proceder à apropriação mensal de seus valores;

e) O exercício social das instituições financeiras tem duração de um ano, devendo obrigatoriamente encerra-se em 31 de dezembro;

f) As normas gerais de escrituração contábil das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional são expedidas pelo Banco Central do Brasil com base em competência delegada pelo Conselho Monetário Nacional;

g) A estrutura básica dos grupos patrimoniais ativos e passivos das instituições financeiras são separadas em Ativos (Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente) e Passivos (Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido);

h) Os conceitos de curto prazo (circulante) e longo prazo seguem a orientação da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). São considerados de curto prazo direitos (e obrigações) realizáveis financeiramente no curso dos 12 meses seguintes ao encerramento do balanço. A dimensão de longo prazo cobre o período posterior ao término dos 12 meses subsequentes ao balanço.

i) As contas patrimoniais encontram-se dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez de acordo com a seguinte apresentação:

- * Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo
 - disponibilidade
 - direitos realizáveis
 - aplicações de recursos
- * Ativo Permanente
 - investimentos
 - imobilizado
 - diferido
- * Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo
 - obrigações
- * Patrimônio Líquido
 - capital social
 - reservas de capital
 - reservas de reavaliação
 - reservas de lucros
 - lucros ou prejuízos acumulados

3.2 As Normas Básicas do Balanço Patrimonial

De maneira idêntica às demonstrações contábeis elaboradas por outros segmentos empresariais, o balanço dos bancos retrata a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado momento do ano (NETO, 2008).

Os recursos captados pelas instituições financeiras representam suas fontes, podendo originar-se de depósitos ao público em geral, de empréstimos recebidos e de seus recursos próprios (capital e reservas).

Ainda segundo Neto (2008), esses recursos possuídos pelos bancos (distribuídos nos grupos do passivo e patrimônio líquido) são aplicados em seus ativos, destacando-se as disponibilidades, as carteiras de títulos e valores mobiliários, os empréstimos e financiamentos concedidos e imobilizações.

3.3 As Normas Básicas da Demonstração de Resultados

As receitas, conforme constam do demonstrativo de resultados, representam as rendas, ganhos e lucros apurados pela instituição. Por outro lado, as despesas respondem às perdas e aos prejuízos (NETO, 2008).

O COSIF, Plano Contábil das Instituições Financeiras, para efeitos de registros contábeis e elaboração de demonstrações financeiras, classifica as receitas e despesas em Operacionais e Não Operacionais.

Segundo Neto (2008), o conceito operacional está relacionado às atividades típicas, regulares e habituais da instituição financeira. A maior parte das receitas operacionais origina-se dos juros de créditos concedidos, de resultados da carteira de títulos e valores mobiliários e rendas de prestação de serviços e de aplicações interfinanceiras de liquidez.

As receitas e despesas não relacionadas com as atividades típicas, regulares e habituais das instituições são classificadas como não operacionais.

3.4 Algumas Considerações sobre os Resultados dos Bancos

Segundo Neto (2008), as técnicas de análise de balanços, tradicionalmente, têm-se voltado para as empresas comerciais e industriais, dispensando atenção às instituições financeiras. O entendimento adequado dos demonstrativos contábeis dos bancos exige um nível de conhecimento específico mais aprimorado, principalmente no que se refere ao domínio da dinâmica das operações financeiras.

Existem algumas características de atuação dos bancos que conflitam com o raciocínio usualmente adotado na análise dos balanços, tornando o entendimento de suas demonstrações contábeis uma tarefa não muito simples.

Inicialmente, deve ser verificado que a mercadoria de transação do banco é o dinheiro e seu custo de venda os juros pagos pelas captações de fundos no mercado.

O índice de endividamento bancário costuma ser alto, denotando grande capacidade de alavancagem dos resultados. São tipicamente empreendimentos de risco, e como dependem bastante da confiança do mercado para poderem funcionar, dificilmente se mantêm em atividade publicando resultados operacionais negativos (NETO, 2008).

3.5 Indicadores e Critérios de Análise de Bancos

Um banco atua operacionalmente com base em duas grandes decisões financeiras: ativo (decisões de investimento – aplicações) e passivo (decisões de financiamento – captações).

Os recursos alocados aos ativos geram benefícios econômicos, definidos por receitas da intermediação financeira, e os valores registrados nos passivos produzem despesas com a intermediação financeira. É por meio desse processo que se forma o spread de um banco.

De outra maneira, a taxa de juros cobrada ao tomador de recursos visa fundamentalmente remunerar o titular da poupança, cobrir os riscos e demais custos das operações e despesas administrativas, além de gerar resultado que remunere o capital investido na instituição.

3.5.1 Solvência e Liquidez

Segundo Neto (2008), uma instituição financeira pode ser considerada solvente quando o valor de seus ativos superar o valor de seus passivos de diferentes naturezas, formando um excedente definido como patrimônio líquido.

Por outro lado, a liquidez dos bancos reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa. A posição de liquidez revela, a habilidade de uma instituição gerar caixa de maneira a atender adequadamente a suas obrigações financeiras.

Alguns índices financeiros bastante utilizados no estudo da liquidez dos bancos e elaborados estritamente com base em informações contidas em seus demonstrativos contábeis, são analisados a seguir.

3.5.1.1 Encaixe Voluntário

$$EV = \frac{\text{disponibilidades}}{\text{depósitos à vista}}$$

O encaixe voluntário identifica a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos à vista na data de encerramento do exercício social.

3.5.1.2 Liquidez Imediata

$$LI = \frac{\text{disponibilidades} + \text{aplicações interfinanceiras de liquidez}}{\text{depósitos à vista}}$$

Na avaliação de liquidez imediata são geralmente incluídas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento (mercado aberto e depósitos interfinanceiros).

3.5.1.3 Índice de Empréstimos / Depósitos

$$IE/D = \frac{\text{operações de crédito}}{\text{depósitos}}$$

Esse índice revela, para cada \$1 de capital emprestado pela instituição, quanto foi captado sob a forma de depósitos.

3.5.1.4 Capital de Giro Próprio

$$CGP = \text{patrimônio líquido} - \text{ativo permanente}$$

O capital de giro próprio indica os recursos próprios da instituição que se encontram financiando as operações ativas. É um parâmetro de segurança do banco, revelando seu nível de folga financeira financiada com patrimônio líquido.

3.5.1.5 Participação dos Empréstimos

$$PE = \frac{\text{operações de crédito}}{\text{ativo total}}$$

Esse indicador revela o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de empréstimos. Sabidamente, os empréstimos são ativos de baixa liquidez, apresentando-se geralmente inegociáveis até o momento do vencimento.

3.5.2 Capital e Risco

Em instituições financeiras, a função mais consagrada do patrimônio líquido é financiar suas aplicações em ativo permanente e, por meio de excessos de recursos próprios, lastrear financeiramente as necessidades mínimas de investimento operacional em giro.

Segundo Neto (2008), A atividade dos negócios bancários é bastante sensível às condições econômicas, à política monetária e ao comportamento das taxas de juros, os quais apresentam em constante mutação. Conceitualmente, o montante de capital próprio a ser mantido por uma instituição financeira é fortemente dependente do risco assumido em seus negócios, devendo ser suficiente para cobrir eventuais perdas que se possam ocorrer.

Nessa tarefa, são utilizados na prática alguns índices financeiros que visam melhor identificar o volume de capital próprio da instituição.

3.5.2.1 Indicadores de Análise de Capital

Segundo Neto (2008), em instituições financeiras, a função mais consagrada do patrimônio líquido é financiar suas aplicações em ativo permanente e, por meio de excessos de recursos próprios, lastrear financeiramente as necessidades mínimas de investimento operacional em giro.

A atividade dos negócios bancários é bastante sensível às condições econômicas, à política monetária e ao comportamento das taxas de juros, os quais apresentam-se em constante mutação. Conceitualmente, o montante de capital próprio a ser mantido por uma instituição financeira é fortemente dependente do risco assumido em seus negócios, devendo se suficiente par cobrir eventuais perdas que possam ocorrer.

A definição do montante adequado de capital de um banco é de difícil dimensionamento prático, diante principalmente de sua dependência por fatores que não podem ser determinados com exatidão, como seu nível de risco. Algumas tendências podem, todavia, ser extraídas dos demonstrativos contábeis, sem, contudo, tornarem-se informações perfeitas.

Nessa tarefa, são utilizados na prática alguns índices financeiros bastante tradicionais que visam melhor identificar o volume adequado de capital próprio da instituição. Esses indicadores, apresentados a seguir, costumam também ser adotados pelas autoridades monetárias para definir normas com relação ao capital mínimo que, em geral, deve ser mantido pelas instituições financeiras.

$$\text{Independência Financeira} = \frac{\text{patrimônio líquido}}{\text{ativo total}}$$

$$\text{Leverage} = \frac{\text{ativo total}}{\text{patrimônio líquido}}$$

$$\text{Relação Capital / Depositantes} = \frac{\text{patrimônio líquido}}{\text{depósitos (passivo)}}$$

$$\text{Imobilização do Capital Próprio} = \frac{\text{ativo permanente}}{\text{patrimônio líquido}}$$

3.5.3 Rentabilidade e Lucratividade

A atividade bancária comporta-se similarmente aos demais tipos de negócios, diferenciando-se basicamente pela natureza dos fatores colocados à disposição. Numa instituição financeira, os recursos captados representam suas matérias-primas, que são negociadas principalmente sob a forma de créditos e empréstimos concedidos e investimentos (NETO, 2008).

Como todo negócio, o banco tem por objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários pelo estabelecimento de uma adequada relação risco-retorno.

Os principais índices de análise de rentabilidade adaptados à atividade bancária podem ser classificados em dois grupos, conforme apresentados a seguir.

3.5.3.1 Índices Básicos de Rentabilidade

$$\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{patrimônio líquido}}$$

$$\text{Retorno sobre o Investimento Total} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{ativo total}}$$

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{receita da intermediação financeira}}$$

O retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do leverage e do planejamento eficiente de seus negócios.

O retorno sobre o investimento total exprime os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos.

A margem líquida, por seu lado, é formada pelos vários resultados da gestão dos ativos e passivos dos bancos (taxas, prazos, receitas e despesas), permitindo avaliar a função básica de intermediação financeira de um banco.

3.5.3.2 Índices de Rentabilidade e Spread

$$\text{Margem Financeira} = \frac{\text{resultado bruto da intermediação financeira}}{\text{ativo total}}$$

$$\text{Custo Médio de Captação} = \frac{\text{despesas financeiras de captação de mercado}}{\text{depósitos a prazo}}$$

$$\text{Retorno Médio das Operações de Crédito} = \frac{\text{receitas financeiras de operações de crédito}}{\text{operações de crédito}}$$

$$\text{Lucratividade dos ativos} = \frac{\text{Receitas de intermediação financeira}}{\text{ativo total}}$$

$$\text{Juros Passivos} = \frac{\text{despesas de intermediação financeira}}{\text{passivo total}}$$

4. RESULTADOS

4.1 Solvência e Liquidez

4.1.1 Encaixe Voluntário

Tabela 1 – Resultados para o encaixe voluntário

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	0,084817	0,106736	0,138911	0,148466	0,152841
Itaú Unibanco	0,160420	0,638048	0,393364	0,395367	0,367513

Ao longo dos cinco anos analisados, percebe-se que tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco vem progressivamente aumentando seu índice de encaixe voluntário, apesar de ser em níveis bem pequenos.

Observa-se uma discrepância do encaixe voluntário em 2008 do Itaú Unibanco. Analisando seu balanço, vê-se que o aumento desse índice foi dado pelo aumento muito grande da conta de disponibilidades ao mesmo tempo em que a conta de depósitos à vista não teve muita variação.

Segundo Neto (2008), valores mais elevados de encaixe voluntário, ao mesmo tempo em que promovem maior segurança financeira à instituição, compromete aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos.

A tendência normal dos bancos é manter as disponibilidades, que não produzem rendimentos financeiros à instituição, em nível mais baixo. Por outro lado, a participação dos depósitos à vista na carteira de captações dos bancos vem-se reduzindo diante das alternativas oferecidas de aplicações financeiras com liquidez de curto e curtíssimo prazo, conhecidas como aplicações com resgate automático na conta corrente.

Considerando essa progressão dos encaixes voluntários, tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco tornaram-se instituições mais seguras ao longo do período estudado e com o cálculo posterior de índices de rentabilidade, poderemos dizer se esse aumento de segurança foi seguido de queda de rentabilidade ou não.

4.1.2 Liquidez Imediata

Tabela 2 – Resultados para liquidez imediata

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	1,003973	2,171018	3,080352	1,885227	2,818943
Itaú Unibanco	2,222434	5,480426	5,331981	3,749777	4,295451

Segundo Neto (2008), na avaliação de liquidez imediata são geralmente incluídas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento (mercado aberto e depósitos interfinanceiros). Esse índice, quando maior que 1,00, apresenta-se como favorável, mantendo a instituição recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos à vista e parte dos depósitos à prazo.

Observa-se que durante todo o período estudado, tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco apresentaram índices maiores que 1,00, sendo portanto, considerados com bom grau de liquidez imediata.

4.1.3 Índice de Empréstimos / Depósitos

Tabela 3 – Resultados para empréstimos / depósitos

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	0,566874	0,726591	0,742502	0,795491	0,883527
Itaú Unibanco	1,436338	1,812982	1,770553	1,956556	2,005017

O índice de empréstimos / depósitos elevou-se, de maneira geral, ao longo desses cinco anos.

Segundo Neto (2008) esse índice revela, para cada \$1 de capital emprestado pela instituição, quanto foi captado sob a forma de depósitos. Um incremento na relação empréstimos / depósitos identifica uma diminuição na capacidade do banco em atender a eventuais saques da conta de seus depositantes, ocorrendo o inverso no caso de redução desse índice. Por outro lado, admite-se que uma participação maior dos empréstimos determine maiores receitas de juros à instituição, promovendo melhor rentabilidade.

4.1.4 Capital de Giro Próprio

Tabela 4 – Resultados para capital de giro próprio

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	17.958.108,00	20.425.613,00	19.109.662,00	21.661.066,00	23.214.981,00
Itaú Unibanco	25.072.630,00	40.257.853,00	33.369.117,00	49.899.493,00	59.438.191,00

Segundo Neto (2008), o capital de giro próprio indica os recursos próprios da instituição que se encontram financiando as operações ativas. É um parâmetro de segurança do banco, revelando seu nível de folga financeira financiada com patrimônio líquido.

O Banco do Brasil de 2008 para 2009 apresentou uma queda nesse índice, demonstrando uma redução de sua segurança financeira. Apesar disso, observa-se que no ano de 2010 esse índice voltou a subir e em nível maior que o apresentando em 2008, ou seja, o banco conseguiu retornar seu grau de segurança.

Ao longo dos cinco anos estudados, conclui-se que tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco tornaram-se instituições financeiras mais seguras.

4.1.5 Participação de Empréstimos

Tabela 5 – Resultados para participação de empréstimos

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	38,80%	36,62%	36,95%	39,50%	39,09%
Itaú Unibanco	36,50%	34,69%	36,48%	36,33%	37,55%

Segundo Neto (2008), esse indicador revela o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de empréstimos. Sabidamente, os empréstimos são ativos de baixa liquidez, apresentando-se geralmente inegociáveis até o momento do vencimento. Assim, índices mais elevados de empréstimos em relação aos ativos totais revelam baixo nível de liquidez da instituição e, ao mesmo tempo, uma indicação de incremento de seus resultados operacionais. Reduções na participação do crédito, ao contrário, podem indicar uma elevação da liquidez da instituição e possíveis limitações em sua rentabilidade.

Analisando o ano de 2008, início da crise, verifica-se que tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco apresentaram uma queda modesta nesse índice. Isso pode implicar

que o aumento da oferta de crédito, pelo Banco do Brasil em 2008, foi iniciada com um aumento de sua liquidez, indicando talvez uma possível insegurança diante da crise. Outros índices serão calculados para provar se isso de fato ocorreu.

De maneira geral, considerando o balanço de ambas as instituições percebe-se que ao longo desses cinco anos o volume de operações de crédito aumentou consideravelmente (mais no Banco do Brasil do que no Itaú Unibanco). Apesar disso, verificou-se que esse índice de participação de empréstimos tem-se mantido mais ou menos estável; ou seja, o aumento das operações de crédito deu-se também pelo aumento do ativo total o que significa que esse aumento da oferta de crédito não implicou queda de liquidez, durante o período analisado.

4.2 Capital e Risco

4.2.1 Indicadores de Análise de Capital

4.2.1.1 Independência Financeira

Tabela 6 – Resultados para independência financeira

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	6,78%	5,74%	5,10%	6,85%	6,53%
Itaú Unibanco	9,82%	7,95%	7,18%	8,10%	8,38%

Ao longo desses cinco anos estudados, percebe-se que tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco os índices de independência financeira tem-se mantidos praticamente constantes. Esse resultado pode ser considerado positivo para as instituições, uma vez que elas tiveram uma forte expansão de suas carteiras de crédito e isso não repercutiu sobre sua independência financeira.

4.2.1.2 Leverage

Tabela 7 – Resultados para leverage

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	14,745232	17,412181	19,616920	14,605136	15,311648
Itaú Unibanco	10,178997	12,572202	13,930761	12,343316	11,932215

Segundo Neto (2008), esse índice revela quantas vezes o ativo do banco é maior que o capital próprio investido. Assim como o índice de independência financeira, o leverage tem-se mantido praticamente constante ao longo dos anos estudados. Pode-se, com isso, chegar a mesma conclusão do índice acima.

4.2.1.3 Relação Capital / Depositantes

Tabela 8 – Resultados para capital / depositantes

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	0,143643	0,141175	0,139631	0,177603	0,199182
Itaú Unibanco	0,386624	0,415650	0,348399	0,436253	0,447443

A relação capital / depositantes pode ser interpretada como para cada \$ 1,00 de captação dos bancos, sob a forma de depósitos, quanto foi aplicado de recursos próprios. Também não é observado alteração significativa desse índice, ao longo desses cinco anos, para as duas instituições estudadas.

4.2.1.4 Imobilização do Capital Próprio

Tabela 9 – Resultados para imobilização do capital próprio

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	0,259829	0,317719	0,470929	0,571032	0,600765
Itaú Unibanco	0,134504	0,205700	0,235776	0,180344	0,166918

Para o Banco do Brasil têm-se sucessos aumentos desse índice ao longo do período estudado, diferentemente do Itaú Unibanco, que vem mantendo a imobilização do capital próprio mais constante. Analisando as contas do Banco do Brasil que compõem esse índice, percebe-se que o ritmo de crescimento do ativo permanente foi maior que o ritmo de crescimento do patrimônio líquido.

4.3 Rentabilidade e Lucratividade

4.3.1 Indicadores Básicos de Rentabilidade

4.3.1.1 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Tabela 10 – Resultados para retorno sobre o patrimônio líquido

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	20,85%	29,40%	28,09%	23,29%	21,06%
Itaú Unibanco	29,25%	15,40%	23,05%	21,88%	20,49%

No início da crise, ano de 2008, percebe-se que o Banco do Brasil apresentou uma elevação do seu índice de retorno sobre o patrimônio líquido, mantendo-se praticamente constante em 2009 e sofrendo queda em 2010 e 2011.

Já o Itaú Unibanco apresentou uma queda do seu retorno em 2008, cresceu em 2009 e em 2010 e no ano de 2011 manteve-se praticamente o mesmo do ano anterior.

O retorno sobre o patrimônio líquido é dado pela relação do patrimônio líquido em relação ao lucro líquido. Para o Banco do Brasil o aumento do lucro líquido foi maior que o aumento do seu patrimônio em 2008, refletindo no aumento desse índice. Para o Itaú Unibanco observa-se aumento do patrimônio líquido, devido a fusão do Itaú com o Unibanco, e uma queda do lucro registrado em 2008.

Analisando o conjunto dos cinco anos estudados, observa-se que tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco esse índice não sofreu tanta alteração.

4.3.1.2 Retorno sobre o Investimento Total

Tabela 11 – Resultados para retorno sobre o investimento total

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	1,41%	1,69%	1,43%	1,59%	1,38%
Itaú Unibanco	2,87%	1,22%	1,65%	1,77%	1,72%

O retorno sobre o investimento total mede a relação entre o lucro líquido e o ativo total. Substituindo-se a conta patrimônio líquido do índice de retorno sobre o patrimônio líquido, pode-se chegar às mesmas conclusões dadas anteriormente.

4.3.1.3 Margem Líquida

Tabela 12 – Resultados para margem líquida

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	12,41%	15,41%	15,44%	16,47%	13,60%
Itaú Unibanco	26,37%	13,83%	13,12%	16,73%	14,42%

O índice de margem líquida mede a relação do lucro líquido com a receita da intermediação financeira.

Para o Banco do Brasil em 2008 o aumento do lucro foi maior que o aumento da receita, provocando um aumento desse índice. Dado o período dos cinco anos estudados, observa-se que essa margem líquida manteve-se praticamente constante.

Já para o Itaú Unibanco, a queda do lucro em 2008 repercutiu numa queda brusca desse índice que se manteve nesse patamar até 2011.

4.4 Índice de Rentabilidade e Spread

4.4.1 Margem Financeira

Tabela 13 – Resultados para margem financeira

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	4,24%	2,46%	2,57%	3,12%	2,76%
Itaú Unibanco	5,25%	1,64%	5,26%	4,62%	3,86%

A margem financeira dá-se pela divisão do resultado bruto da intermediação financeira pelo ativo total.

Analisando o resultado bruto do Banco do Brasil percebe-se que o aumento de suas receitas em 2008 foi seguido por um aumento muito grande de suas despesas, principalmente com despesas de captação no mercado; operações de empréstimos, cessões e repasses; operações de arrendamento mercantil; despesas financeiras de provisão de seguros, previdência e capitalização e provisão para credores de liquidação duvidosa. Isso, somado com o aumento do ativo total fez com que a margem financeira caísse para metade em 2008.

Já nos anos de 2009 a 2011 verifica-se que tanto o resultado bruto quanto o ativo total continuaram a crescer, resultando em índices de margem financeira próximos ao verificado em 2008. Nesses anos, observa-se um aumento muito expressivo de suas receitas da intermediação financeira principalmente com as contas de operações de crédito e na conta de

despesas da intermediação financeira, um aumento menos expressivo da conta de operações de captação no mercado e uma queda brusca na conta de despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses.

Já o Itaú Unibanco teve comportamento semelhante em 2008, porém gerado por diferentes contas. O aumento de suas receitas financeiras foi consequência do aumento da carteira de crédito dada a fusão do Itaú com o Unibanco e foi acompanhada por um aumento muito grande de suas despesas com operações de captação no mercado e despesas para crédito de liquidação duvidosa. De 2009 a 2011 observou-se aumentos de suas receitas e do seu ativo total o que resultou em uma melhora desse índice.

4.4.2 Custo Médio de Captação

Tabela 14 – Resultados para custo médio de captação

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	25,66%	25,09%	26,03%	31,74%	41,48%
Itaú Unibanco	54,61%	58,34%	47,43%	56,21%	75,13%

O custo médio de captação tanto do Banco do Brasil quanto do Itaú Unibanco foi aumentando a cada ano. As despesas financeiras de captação de mercado foram aumentando mais que o volume de depósitos a prazo. Com isso concluiu-se que esse tipo de arrecadação tem-se tornado cada ano mais onerosa.

4.4.3 Retorno Médio das Operações de Crédito

Tabela 15 – Resultados para retorno médio das operações de crédito

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	18,20%	17,40%	15,48%	16,00%	15,82%
Itaú Unibanco	19,56%	17,14%	21,40%	18,79%	18,49%

Ao longo dos cinco anos estudados verificou-se que o retorno médio das operações de crédito vem sofrendo uma leve queda. Com isso, o aumento do volume de operações de crédito observados em seus balanços tem trazido um aumento de suas receitas financeiras, porém, em escala menos que proporcional para as duas instituições financeiras analisadas.

4.4.4 Lucratividade dos Ativos

Tabela 16 – Resultados para retorno lucratividade dos ativos

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	11,40%	10,96%	9,28%	9,68%	10,12%
Itaú Unibanco	10,90%	8,86%	12,61%	10,60%	11,91%

A lucratividade dos ativos mede a variação das receitas de intermediação financeira sobre a variação do ativo total. De acordo com os resultados obtidos, percebe-se que ao longo dos cinco anos estudados esse índice vem sensivelmente reduzindo. O aumento das receitas de intermediação financeira vem aumentando quase que proporcional ao aumento do ativo total.

4.4.5 Juros Passivos

Tabela 17 – Resultados para juros passivos

	2007	2008	2009	2010	2011
Banco do Brasil	7,16%	8,50%	6,70%	6,56%	7,35%
Itaú Unibanco	3,78%	5,44%	4,80%	4,65%	6,36%

O índice juros passivos mede a variação do passivo total em função da variação das despesas de intermediação financeira.

Tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco, esse índice não tem alterado muito, apesar de que para o Itaú Unibanco ele está crescendo e para o Banco do Brasil tem-se mantido em um mesmo patamar.

5. CONCLUSÕES

5.1 Solvência e Liquidez

Analisando os resultados obtidos pelos cálculos dos cinco índices do Grupo Solvência e Liquidez, percebe-se que tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco, ao longo dos anos de 2007 a 2011, tornaram-se instituições financeiras mais sólidas, uma vez que a maioria desses índices tiveram como resultado um aumento da segurança financeira tanto no que diz respeito a sua solvência (ativo maior que passivo) quanto no seu grau de liquidez (capacidade de pagamento de seus compromissos).

Fica o questionamento, que será respondido de acordo com os outros resultados obtidos, se esse aumento de segurança teve como consequência queda de rentabilidade ou não. Será analisado também se a queda do índice de participação de empréstimos em 2008, que significa aumento de liquidez, pode ter sido consequência de uma possível insegurança do Banco do Brasil com sua política de aumento de oferta de crédito diante o início da crise, uma vez que em outros anos esse índice manteve-se praticamente estável tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco.

5.2 Capital e Risco

A definição do montante de capital adequado por um banco é dada em função do risco que se pretende assumir. Quanto menor o montante de capital próprio, maior o risco assumido.

De acordo com os resultados obtidos nos cálculos dos quatro índices de análise de capital percebe-se que as políticas adotadas tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco para os anos de 2007 a 2011 não provocaram alterações significativas em sua estrutura de capital.

Uma vez que, o aumento do volume das operações de crédito foram seguidas por aumentos do patrimônio líquido tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco, o risco assumido não aumentou, sendo esse fato considerado positivo.

5.3 Rentabilidade e Lucratividade

Analisados os índices básicos de rentabilidade do Banco do Brasil, percebe-se que os três tiveram aumentos expressivos a partir de 2008. Esse fato foi provocado por um aumento do lucro líquido maior que o aumento do patrimônio líquido.

Utilizando o mesmo raciocínio para o Itaú Unibanco, observa-se uma queda desses índices em 2008 mesmo com aumentos expressivos do seu patrimônio líquido, ativo total e receitas da intermediação financeira. Essa queda foi provocada pela diminuição do lucro líquido observado nesse ano, fato esse justificado, de acordo com seu relatório anual, pelos efeitos da incorporação do Itaú com o Unibanco não tendo efeitos diretos justificados pela crise financeira mundial.

Concluí-se então, de acordo com esses índices que durante os cinco anos estudados tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco tornaram-se instituições mais lucrativas.

De acordo com os cinco índices de rentabilidade e spread percebe-se um aumento expressivo, ao longo dos cinco anos, das receitas de intermediação financeira tanto para o Banco do Brasil quanto para o Itaú Unibanco.

Em 2008 esse aumento de receitas do Banco do Brasil foi causado pela expansão de sua carteira de crédito, porém observa-se que foi extremamente oneroso. Tem-se um aumento muito grande das despesas com essas operações de crédito, o que responde a pergunta sobre o porquê do aumento de liquidez observado. Não necessariamente esse aumento foi dado pela incerteza em relação a crise e sim pelo aumento do custo do processo. De 2009 a 2011 essas despesas caíram bastante, porém também não deixaram de onerar muito suas receitas.

O Itaú Unibanco apresentou resultando semelhante, porém em 2008 foi explicado, como já dito, pela fusão do Itaú com o Unibanco, mas nos anos subsequentes também percebe-se, a medida do aumento de sua carteira de crédito, também um aumento dos custos com esse processo.

Observa-se também um aumento muito grande do custo médio de captação o que vem tornado a cada ano menos interessante a expansão de suas carteiras de crédito.

De acordo com tudo exposto concluí-se que a política anticíclica de combate a crise de 2008, proposta pelo governo brasileiro que provocou aumento da oferta de crédito para o Banco do Brasil a partir de 2008 e para o Itaú Unibanco em 2009, foram bem sucedidas para ambas as instituições.

Tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú Unibanco conseguiram aumentar seus lucros sem comprometerem sua liquidez, solvência e ao mesmo tempo em que não ficaram expostas a um risco maior, apesar de observado que o custo desse processo ter sido bastante significativo.

ANEXOS

TABELAS

BALANÇO PATRIMONIAL BANCO DO BRASIL

Em milhares de reais

ATIVO	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO CIRCULANTE	207.313.492,00	299.740.123,00	414.966.354,00	423.727.363,00	518.716.710,00
Disponibilidades	4.352.040,00	5.544.850,00	7.842.770,00	9.397.247,00	9.227.217,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.162.629,00	107.237.436,00	166.070.192,00	109.929.317,00	160.955.700,00
Aplicações no mercado aberto	43.203.104,00	95.159.610,00	144.173.860,00	78.628.740,00	132.234.087,00
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.959.525,00	12.077.826,00	21.896.332,00	31.300.577,00	28.721.613,00
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	29.936.735,00	42.346.332,00	59.297.166,00	40.722.362,00	38.595.673,00
Carteira própria	19.677.617,00	29.695.948,00	47.295.209,00	17.355.563,00	21.749.007,00
Vinculados a compromissos de recompra	8.292.444,00	8.576.649,00	5.956.127,00	22.532.857,00	16.208.777,00
Vinculados ao Banco Central	712.058,00	1.810.537,00	3.817.049,00	15,00	16,00
Vinculados à prestação de garantias	443.059,00	272.710,00	1.147.243,00	130.860,00	84.496,00
Instrumentos financeiros derivativos	811.557,00	1.990.488,00	1.081.538,00	703.067,00	553.377,00
Relações Interfinanceiras	33.445.089,00	21.286.986,00	26.574.438,00	86.287.448,00	93.272.906,00
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.036.876,00	178.230,00	153.258,00	129.007,00	27.327,00
Créditos vinculados	32.278.010,00	20.954.167,00	26.063.340,00	85.796.265,00	92.785.842,00
Depósitos no Banco Central	17.406,00	20.882.124,00	24.279.765,00	83.928.846,00	90.736.391,00
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	1.680,00	10.826,00	148.158,00	74.520,00	123.644,00
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	0,00	61.217,00	1.635.417,00	1.792.898,00	1.925.807,00
Repasses interfinanceiros	111.117,00	325,00	7.746,00	2.718,00	12.881,00
Correspondentes		154.264,00	350.094,00	359.458,00	446.856,00
Relações Interdependências	188.005,00	228.102,00	295.152,00	258.144,00	335.167,00
Recursos em trânsito de terceiros	0,00	0,00	330,00	0,00	0,00
Transferências internas de recursos	188.005,00	228.102,00	294.822,00	258.144,00	335.167,00
Operações de Crédito	66.216.171,00	78.872.784,00	110.606.691,00	120.368.657,00	152.464.403,00

Sector público	854.198,00	2.385.544,00	2.794.701,00	3.229.361,00	5.633.082,00
Sector privado	70.303.187,00	82.341.803,00	115.763.862,00	124.363.469,00	154.626.514,00
(Provisão para operações de crédito)	-4.941.214,00	-5.854.563,00	-7.951.872,00	-7.224.173,00	-7.795.193,00
Operações de Arrendamento Mercantil					
Sector público	46,00	1.235.592,00	1.858.258,00	18.227,00	18.942,00
Sector privado	53.792,00	36.670,00	23.883,00	18.227,00	18.942,00
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	445.782,00	1.230.066,00	1.951.468,00	0,00	0,00
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-484.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-14.581,00	-31.144,00	-117.093,00	0,00	0,00
Outros Créditos					
Créditos por avais e fianças honrados	23.147.804,00	42.070.999,00	40.891.229,00	55.245.556,00	62.322.583,00
Carteira de câmbio	49.010,00	24.135,00	39.588,00	75.303,00	76.698,00
Rendas a receber	9.022.874,00	20.913.621,00	8.671.052,00	9.936.710,00	17.169.064,00
Negociação e intermediação de valores	340.626,00	384.803,00	533.393,00	1.431.206,00	2.015.615,00
Créditos específicos	259.466,00	345.819,00	435.578,00	78.741,00	97.264,00
Operações especiais	0,00	1.701,00	0,00	0,00	0,00
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	575,00	28,00	28,00	0,00	0,00
Diversos	0,00	440.611,00	885.845,00	0,00	0,00
(Provisão para outros créditos)	13.999.740,00	20.799.150,00	31.167.511,00	44.611.607,00	43.831.069,00
	-524.487,00	-838.869,00	-841.766,00	-888.011,00	-867.127,00
Outros Valores e Bens					
Participações societárias	2.864.973,00	917.042,00	1.530.458,00	1.500.405,00	1.524.119,00
Outros valores e bens	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	262.425,00	308.329,00	363.989,00	0,00	0,00
(Provisão para desvalorizações)	0,00	0,00	0,00	291.787,00	289.523,00
Despesas antecipadas	-152.023,00	-170.297,00	-175.968,00	-169.506,00	-170.279,00
	2.754.568,00	779.007,00	1.342.437,00	1.378.124,00	1.404.875,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	150.436.751,00	221.532.694,00	293.582.389,00	313.769.814,00	371.635.547,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	144.132.763,00	212.021.057,00	276.572.786,00	284.935.139,00	336.701.838,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Aplicações no mercado aberto	3.961.278,00	12.170.861,00	2.327.768,00	4.785.325,00	16.617.249,00
Aplicações em depósitos interfinanceiros	188.172,00				
	3.773.106,00	12.170.861,00	2.327.768,00	4.785.325,00	16.617.249,00
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	45.263.866,00	44.562.242,00	65.039.715,00	56.542.795,00	66.446.845,00

Carteira própria	20.082.585,00	16.651.310,00	27.638.367,00	30.617.318,00	24.302.592,00
Vinculados a compromissos de recompra	20.311.742,00	14.061.216,00	20.929.518,00	23.145.800,00	38.598.302,00
Vinculados ao Banco Central	4.238.176,00	12.196.175,00	14.590.558,00	42,00	47.406,00
Vinculados à prestação de garantias	293.400,00	1.367.991,00	1.499.726,00	2.648.397,00	3.353.143,00
Instrumentos financeiros derivativos	337.963,00	285.550,00	381.546,00	131.238,00	145.402,00
Relações Interfinanceiras	0,00	274,00	17.071,00	83.378,00	52.584,00
Créditos vinculados	0,00	0,00	0,00	46.644,00	550,00
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	0,00	0,00	0,00	46.644,00	550,00
Repasses interfinanceiros	0,00	274,00	17.071,00	36.734,00	52.034,00
Operações de Crédito	72.600.655,00	112.008.779,00	151.176.406,00	170.927.298,00	195.612.261,00
Setor público	1.617.896,00	1.654.885,00	3.593.364,00	3.921.148,00	2.782.299,00
Setor privado	76.021.108,00	117.678.416,00	157.315.829,00	175.609.950,00	201.715.407,00
(Provisão para operações de crédito)	-5.038.349,00	-7.324.522,00	-9.732.787,00	-8.603.800,00	-8.885.445,00
Operações de Arrendamento Mercantil	31.667,00	1.731.979,00	2.842.305,00	26.246,00	11.039,00
Setor público	26.494,00	18.061,00	38.967,00	26.246,00	11.039,00
Setor privado	582.531,00	1.753.905,00	2.917.455,00	0,00	0,00
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	-568.984,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-8.374,00	-39.987,00	-114.117,00	0,00	0,00
Outros Créditos	22.275.297,00	41.207.799,00	54.341.849,00	50.524.101,00	55.349.386,00
Créditos por avais e fianças honrados	0,00	47.038,00	51.384,00	0,00	0,00
Carteira de câmbio	0,00	0,00	0,00	1.585.804,00	0,00
Rendas a receber	31.360,00	28.242,00	30.051,00	30.228,00	31.151,00
Negociação e intermediação de valores	0,00	691,00	427,00	0,00	0,00
Créditos específicos	756.879,00	844.186,00	931.845,00	1.029.638,00	1.146.328,00
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	0,00	12,00	22.265,00	0,00	0,00
Diversos	21.858.717,00	40.825.473,00	54.145.893,00	48.469.480,00	54.798.755,00
(Provisão para outros créditos)	-371.659,00	-537.843,00	-840.016,00	-591.049,00	-626.848,00
Outros Valores e Bens	0,00	339.123,00	827.672,00	2.045.996,00	2.612.474,00
Despesas antecipadas	0,00	339.123,00	827.672,00	2.045.996,00	2.612.474,00
PERMANENTE	6.303.988,00	9.511.637,00	17.009.603,00	28.834.675,00	34.933.709,00

Investimentos								
Participações em coligadas e controladas								
No país	1.367.860,00	1.523.840,00	6.645.339,00	17.641.326,00	20.241.221,00			
No exterior								
Outros investimentos	1.316.001,00	720.879,00	5.775.953,00	17.606.546,00	20.222.750,00			
(Provisão para perdas)	0,00	0,00	0,00	16.598.375,00	18.034.933,00			
(Imparidade acumulada)	115.436,00	870.707,00	947.225,00	86.135,00	67.717,00			
	-63.577,00	-67.746,00	-77.839,00	0,00	0,00			
	0,00	0,00	0,00	-51.355,00	-49.246,00			
Imobilizado de Uso								
Imóveis de uso	2.843.549,00	3.338.941,00	4.214.484,00	4.610.729,00	5.062.238,00			
Outras imobilizações de uso	2.349.499,00	2.668.282,00	3.335.698,00	3.687.187,00	4.232.214,00			
(Depreciação acumulada)	4.594.348,00	5.610.352,00	6.631.918,00	6.823.602,00	7.437.965,00			
	-4.100.298,00	-4.939.693,00	-5.753.132,00	-5.900.060,00	-6.607.941,00			
Imobilizado de Arrendamento								
Bens arrendados	1.506.528,00	3.869,00	1.223,00	0,00	0,00			
(Depreciação acumulada)	1.936.813,00	8.215,00	3.640,00	0,00	0,00			
	-430.285,00	-4.346,00	-2.417,00	0,00	0,00			
Intangível								
Ativos intangíveis	0,00	4.040.645,00	5.676.879,00	6.327.609,00	9.515.802,00			
(Amortização acumulada)	0,00	4.042.847,00	7.659.321,00	10.099.437,00	14.539.108,00			
	0,00	-2.202,00	-1.982.442,00	-3.771.828,00	-5.023.306,00			
Diferido								
Gastos de organização e expansão	586.051,00	604.342,00	471.678,00	255.011,00	114.448,00			
(Amortização acumulada)	1.490.090,00	1.845.801,00	2.246.822,00	2.061.656,00	2.003.489,00			
	-904.039,00	-1.241.459,00	-1.775.144,00	-1.806.645,00	-1.889.041,00			
TOTAL DO ATIVO	357.750.243,00	521.272.817,00	708.548.743,00	737.497.177,00	890.352.257,00			

BALANÇO PATRIMONIAL BANCO DO BRASIL

Em milhares de reais

PASSIVO	2007	2008	2009	2010	2011
PASSIVO CIRCULANTE	280.110.906,00	378.074.414,00	503.739.681,00	505.211.636,00	572.481.618,00
Depósitos	168.905.946,00	212.058.474,00	258.676.108,00	284.318.438,00	291.937.609,00
Depósitos à vista	51.310.832,00	51.949.022,00	56.458.787,00	63.295.580,00	60.371.172,00
Depósitos de poupança	45.839.494,00	54.965.370,00	75.741.590,00	89.287.840,00	100.109.839,00
Depósitos interfinanceiros	2.071.567,00	3.136.771,00	10.437.440,00	19.664.373,00	16.242.031,00
Depósitos a prazo	69.365.900,00	101.764.043,00	115.808.988,00	111.660.899,00	115.214.567,00
Outros depósitos	318.153,00	243.268,00	229.303,00	409.746,00	0,00
Captações no Mercado Aberto	64.178.518,00	86.501.235,00	153.699.462,00	120.389.184,00	172.149.993,00
Carteira própria	25.217.583,00	20.962.640,00	30.819.656,00	43.663.028,00	51.969.513,00
Carteira de terceiros	38.960.935,00	65.538.595,00	122.719.587,00	76.726.156,00	120.180.480,00
Carteira de livre movimentação	0,00	0,00	160.219,00	0,00	0,00
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	520.475,00	1.167.593,00	1.406.912,00	1.772.857,00	14.210.883,00
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	0,00	248.155,00	407.929,00	483.439,00	10.082.293,00
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	520.475,00	919.438,00	998.983,00	1.289.418,00	4.128.590,00
Relações Interfinanceiras	11.626,00	21.161,00	21.350,00	18.109,00	24.275,00
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.156,00	781,00	615,00	486,00	24,00
Correspondentes	9.470,00	20.380,00	20.735,00	17.623,00	24.251,00
Relações Interdependências	2.427.887,00	2.495.853,00	3.229.088,00	3.671.766,00	3.757.975,00
Recursos em trânsito de terceiros	2.310.930,00	2.495.480,00	3.214.643,00	3.667.418,00	3.755.254,00
Transferências internas de recursos	116.957,00	373,00	14.445,00	4.348,00	2.721,00
Obrigações por Empréstimos	1.306.761,00	5.845.958,00	4.810.915,00	13.103.563,00	8.368.049,00
Empréstimos no país - instituições oficiais	0,00	2.750.087,00	70.976,00	0,00	0,00
Empréstimos no país - outras instituições	0,00	109.115,00	86.221,00	0,00	0,00
Empréstimos no exterior	1.306.761,00	2.986.756,00	4.653.718,00	13.103.563,00	8.368.049,00

Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais									
Tesouro Nacional	11.694.471,00	13.749.287,00	12.405.660,00	20.487.941,00	16.089.557,00				
BNDES	3.185.270,00	3.485.066,00	2.100.693,00	0,00	0,00				
Caixa Econômica Federal	3.659.552,00	6.365.619,00	6.731.990,00	9.129.773,00	10.074.353,00				
Finame	0,00	0,00	21.935,00	147.079,00	338.253,00				
Outras instituições	4.126.769,00	2.699.965,00	2.418.470,00	3.168.319,00	3.233.785,00				
	722.880,00	1.198.637,00	1.132.572,00	8.042.770,00	2.443.166,00				
Obrigações por Repasses do Exterior	95,00	95,00	576,00	112.178,00	13.114,00				
Repasses do exterior	95,00	95,00	576,00	112.178,00	13.114,00				
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.730.581,00	3.155.962,00	2.617.011,00	2.426.655,00	1.510.251,00				
Instrumentos financeiros derivativos	1.730.581,00	3.155.962,00	2.617.011,00	2.426.655,00	1.510.251,00				
Outras Obrigações	29.334.546,00	53.078.796,00	66.872.599,00	58.910.945,00	64.419.912,00				
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	233.061,00	252.368,00	376.523,00	232.021,00	290.338,00				
Carteira de câmbio	6.609.253,00	15.964.485,00	12.173.988,00	11.458.085,00	16.044.850,00				
Sociais e estatutárias	849.749,00	1.838.048,00	2.625.183,00	1.826.050,00	2.044.016,00				
Fiscais e previdenciárias	3.133.037,00	14.345.530,00	18.315.213,00	19.041.535,00	17.444.318,00				
Negociação e intermediação de valores	240.720,00	376.629,00	526.029,00	185.325,00	337.664,00				
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	0,00	3.321.909,00	4.123.164,00	0,00	0,00				
Fundos financeiros e de desenvolvimento	280.504,00	428.517,00	2.050.776,00	1.469.280,00	2.002.989,00				
Operações especiais	0,00	0,00	204.007,00	14.941,00	0,00				
Instrumentos híbridos de capital e dívida	0,00	16.817,00	13.260,00	55.746,00	48.479,00				
Diversas	17.988.222,00	16.534.493,00	26.464.456,00	24.627.962,00	26.207.258,00				
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	53.377.241,00	113.261.153,00	168.689.897,00	181.789.800,00	259.721.949,00				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	53.377.241,00	113.261.153,00	168.689.897,00	181.789.800,00	259.721.949,00				
Depósitos	19.376.542,00	58.782.622,00	78.887.719,00	84.368.330,00	136.867.133,00				
Depósitos interfinanceiros	3.072.922,00	10.928.174,00	1.181.133,00	2.358.347,00	1.897.876,00				
Depósitos a prazo	16.153.901,00	47.854.448,00	77.706.586,00	82.009.983,00	134.969.257,00				
Outros depósitos	149.719,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Captações no Mercado Aberto	8.091.595,00	4.629.129,00	7.121.725,00	5.869.643,00	8.052.259,00				
Carteira própria	2.908.627,00	964.256,00	1.082.045,00	1.896.616,00	2.276.226,00				
Carteira de terceiros	5.182.968,00	3.664.873,00	6.025.607,00	3.973.027,00	5.776.033,00				

Carteira de livre movimentação	0,00	0,00	14.073,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	776.683,00	2.311.307,00	5.955.407,00	5.258.702,00	7.928.806,00	7.928.806,00
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	0,00	0,00	860.822,00	0,00	352.199,00	352.199,00
Recursos de debêntures	0,00	21.020,00	1.496.353,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	776.683,00	2.290.287,00	3.598.232,00	5.258.702,00	7.576.607,00	7.576.607,00
Obrigações por Empréstimos	1.526.609,00	1.780.855,00	1.559.348,00	2.285.851,00	15.117.096,00	15.117.096,00
Empréstimos no país - instituições oficiais	0,00	0,00	93.859,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos no exterior	1.526.609,00	1.780.855,00	1.465.489,00	2.285.851,00	15.117.096,00	15.117.096,00
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	5.792.756,00	8.687.137,00	18.984.508,00	26.765.071,00	31.732.731,00	31.732.731,00
Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643.963,00	1.643.963,00
BNDES	5.053.666,00	4.802.134,00	12.897.512,00	15.807.991,00	17.153.628,00	17.153.628,00
Caixa Econômica Federal	0,00	0,00	124.297,00	0,00	0,00	0,00
Finame	739.090,00	3.884.811,00	5.962.699,00	9.444.259,00	12.935.140,00	12.935.140,00
Outras instituições	0,00	192,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Repasses do Exterior	382,00	97.984,00	98.555,00	413.962,00	274.294,00	274.294,00
Repasses do exterior	382,00	97.984,00	98.555,00	413.962,00	274.294,00	274.294,00
Instrumentos Financeiros Derivativos	216.120,00	739.098,00	2.107.025,00	466.762,00	330.224,00	330.224,00
Instrumentos financeiros derivativos	216.120,00	739.098,00	2.107.025,00	466.762,00	330.224,00	330.224,00
Outras Obrigações	17.473.805,00	36.233.021,00	53.975.469,00	56.079.243,00	59.090.776,00	59.090.776,00
Carteiras de câmbio	0,00	0,00	0,00	17.600.976,00	12.281.341,00	12.281.341,00
Fiscais e previdenciárias	132.288,00	3.224.798,00	5.981.486,00	4.049.364,00	5.477.282,00	5.477.282,00
Negociação e intermediação de valores	1.910,00	24.843,00	2.197,00	1.191.321,00	1.139.599,00	1.139.599,00
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	0,00	9.353.318,00	13.216.012,00	0,00	0,00	0,00
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.836.432,00	2.029.282,00	2.083.838,00	2.099.107,00	1.999.266,00	1.999.266,00
Operações especiais	2.344,00	2.335,00	2.278,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas subordinadas	10.012.083,00	11.772.177,00	18.553.240,00	19.945.681,00	27.189.053,00	27.189.053,00
Instrumentos híbridos de capital e dívida	893.779,00	1.168.461,00	3.502.544,00	3.315.537,00	2.799.522,00	2.799.522,00
Diversas	4.594.969,00	8.657.807,00	10.633.874,00	7.877.257,00	8.204.713,00	8.204.713,00
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	122.749,00	0,00	0,00	282.236,00	328.630,00	328.630,00

PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS CONTROLADAS		0,00	0,00	141,00	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.262.096,00	29.937.250,00	36.119.265,00	50.495.741,00	58.148.690,00
Capital		13.211.644,00	13.779.905,00	18.566.919,00	33.077.996,00	33.122.569,00
De domiciliados no país		13.165.797,00	12.458.740,00	17.236.823,00	27.427.230,00	27.984.894,00
De domiciliados no exterior		45.847,00	1.321.165,00	1.330.096,00	5.650.766,00	5.137.675,00
Reservas de Capital		34,00	5.188,00	5.188,00	0,00	0,00
Reservas de Reavaliação		5.909,00	7.286,00	6.746,00	6.241,00	4.730,00
Reservas de Lucros		10.694.707,00	15.977.333,00	17.301.439,00	16.944.324,00	24.297.550,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		349.802,00	198.729,00	270.164,00	467.435,00	723.842,00
(Ações em Tesouraria)		0,00	-31.191,00	-31.191,00	-255,00	-1,00
TOTAL DO PASSIVO		357.750.243,00	521.272.817,00	708.548.843,00	737.497.177,00	890.352.257,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO BANCO DO BRASIL

Em milhares de reais

DRE	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de crédito	40.773.097,00	57.115.713,00	65.729.138,00	71.400.839,00	90.080.002,00
Operações de arrendamento mercantil	25.261.272,00	33.220.577,00	40.515.241,00	46.618.034,00	55.075.090,00
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	691.754,00	1.165.857,00	2.310.112,00	40.372,00	21.996,00
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	12.631.887,00	20.692.255,00	21.349.624,00	21.574.907,00	28.598.042,00
Resultado de operações de câmbio	175.287,00	-1.283.280,00	-1.222.621,00	-1.231.410,00	-515.152,00
Resultado das aplicações compulsórias	396.419,00	464.154,00	685.917,00	977.066,00	0,00
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	1.616.478,00	1.909.802,00	816.273,00	3.421.870,00	6.900.026,00
	0,00	946.348,00	1.274.592,00	0,00	0,00
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de captação no mercado	-25.618.358,00	-44.296.320,00	-47.496.279,00	-48.409.415,00	-65.465.745,00
Operações de empréstimos, cessões e repasses	-17.796.675,00	-25.531.725,00	-30.145.928,00	-35.437.679,00	-47.791.722,00
Operações de arrendamento mercantil	-1.644.916,00	-8.684.551,00	-2.509.969,00	-3.391.835,00	-6.872.359,00
Resultado de operações de câmbio	-499.349,00	-852.352,00	-1.663.342,00	-34.487,00	-17.058,00
Despesas financeiras de provisões técnicas de seguros, previ. e capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	-582.944,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0,00	-621.884,00	-780.779,00	0,00	0,00
	-5.677.418,00	-8.605.808,00	-12.396.261,00	-9.545.414,00	-10.201.662,00
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.154.739,00	12.819.393,00	18.232.859,00	22.991.424,00	24.614.257,00
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS					
Receitas de prestação de serviços	-7.881.332,00	-1.149.919,00	-4.641.058,00	-5.942.816,00	-7.342.117,00
Rendas de tarifas bancárias	9.901.622,00	9.088.792,00	10.171.717,00	7.071.729,00	8.273.102,00
Despesas de pessoal	0,00	2.722.001,00	3.339.464,00	4.993.502,00	5.452.195,00
Outras despesas administrativas	-9.161.077,00	-8.870.069,00	-11.838.434,00	-12.155.360,00	-13.610.639,00
Despesas tributárias	-6.735.444,00	-7.917.260,00	-11.211.953,00	-11.572.155,00	-12.028.035,00
Resultado de participações em coligadas e controladas	-2.063.721,00	-2.634.872,00	-3.332.678,00	-2.960.769,00	-3.214.770,00
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	153.501,00	1.394.233,00	-989.350,00	2.873.966,00	3.020.730,00
Outras receitas operacionais	0,00	892.415,00	1.574.123,00	0,00	0,00
Outras despesas operacionais	5.023.572,00	11.780.014,00	16.972.954,00	12.004.722,00	11.784.868,00
	-4.999.785,00	-7.605.173,00	-9.326.901,00	-6.198.451,00	-7.019.568,00
RESULTADO OPERACIONAL	7.273.407,00	11.669.474,00	13.591.801,00	17.048.608,00	17.272.140,00

RESULTADO NÃO OPERACIONAL												
Receitas não operacionais	280.968,00	412.544,00	1.843.628,00	190.504,00	176.187,00							
Despesas não operacionais	365.905,00	561.088,00	1.971.297,00	286.060,00	276.320,00							
	-84.937,00	-148.544,00	-127.669,00	-95.556,00	-100.133,00							
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	7.554.375,00	12.082.018,00	15.435.429,00	17.239.112,00	17.448.327,00							
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL												
Provisão para imposto de renda	-1.847.035,00	-2.145.116,00	-3.902.787,00	-3.980.792,00	-3.637.836,00							
Provisão para contribuição social	-2.234.953,00	-3.608.692,00	-5.116.348,00	0,00	0,00							
Ativo fiscal diferido	-810.989,00	-2.081.175,00	-2.914.093,00	0,00	0,00							
	1.198.907,00	3.544.751,00	4.127.654,00	0,00	0,00							
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-649.221,00	-1.134.068,00	-1.384.531,00	-1.500.227,00	-1.563.161,00							
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS CONTROLADAS	0,00	35,00	-589,00	0,00	0,00							
LUCRO LÍQUIDO	5.058.119,00	8.802.869,00	10.147.522,00	11.758.093,00	12.247.330,00							
Número de ações	2.475.949.269,00	2.568.186.485,00	2.569.860.512,00	2.711.976.359,00	2.861.404.718,00							
(Ações em tesouraria)	0,00	-1.150.365,00	-1.150.369,00	4,34	4,28							
Total de ações utilizado no cálculo do lucro por ação	2.475.949.269,00	2.567.036.120,00	2.568.710.143,00	2.727.868.423,00	2.869.849.797,00							
Lucro por ação (em reais)	2,04	3,43	3,95	4,31	4,27							

BALANÇO PATRIMONIAL ITAU UNIBANCO

Em milhares de reais

A T I V O	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO CIRCULANTE	227.925.142,00	487.289.567,00	452.725.515,00	564.401.807,00	622.748.087,00
Disponibilidades	4.287.879,00	15.847.047,00	10.594.442,00	10.096.540,00	10.633.082,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	55.115.646,00	120.269.009,00	133.011.522,00	85.662.014,00	113.645.149,00
Aplicações no mercado aberto	40.740.131,00	95.476.978,00	115.652.060,00	68.154.703,00	85.445.536,00
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.629.288,00	24.718.163,00	16.923.804,00	3.191.812,00	2.816.013,00
Aplicações no mercado aberto - recursos garantidos	746.227,00	73.868,00	435.658,00	14.315.499,00	25.383.600,00
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	52.960.574,00	109.272.725,00	95.275.181,00	155.987.247,00	147.704.470,00
Carteira própria	21.840.234,00	36.896.405,00	24.748.546,00	32.938.921,00	46.765.192,00
Vinculados a compromissos de recompra	1.377.258,00	3.187.485,00	8.544.983,00	57.212.290,00	12.947.833,00
Vinculados ao Banco Central	402.854,00	15.123.730,00	7.945.106,00	2.901.030,00	9.781.464,00
Títulos objeto de operações compromissadas com l. movimentação	4.113,00				
Vinculados à prestação de garantias	4.822.917,00	6.163.072,00	6.398.545,00	6.952.286,00	8.838.992,00
Instrumentos financeiros derivativos	2.946.196,00	14.019.378,00	3.846.677,00	5.588.633,00	5.961.548,00
Recursos garantidores das provisões técnicas - cotas de fundos PGBL/VGBL	18.664.004,00	30.023.746,00	38.626.466,00	46.050.748,00	57.733.857,00
Recursos garantidores das provisões técnicas - outros títulos	2.902.998,00	3.858.909,00	5.164.858,00	4.343.339,00	5.675.584,00
Relações Interfinanceiras	17.297.963,00	13.570.569,00	13.991.111,00	85.940.965,00	98.224.030,00
Pagamentos e recebimentos a liquidar	13.059,00	80.328,00	17.296,00	83.685,00	104.574,00
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	17.213.774,00	13.407.747,00	13.868.759,00	85.776.470,00	98.052.554,00
Repasses interfinanceiros	28.792,00	6.876,00	5.098,00	0,00	30.689,00
Correspondentes	12.249,00	61.247,00	88.781,00	75.712,00	35.047,00
SFH - Sistema financeiro de habitação	30.089,00	14.371,00	11.177,00	5.098,00	1.166,00
Relações Interdependências - Transferências Internas de Recursos	42.552,00	41.254,00	57.200,00	10.431,00	28.879,00
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	69.932.933,00	147.156.032,00	140.671.375,00	158.906.454,00	180.492.549,00
Operações com características de concessão de crédito	74.465.856,00	157.139.095,00	155.107.495,00	172.369.327,00	195.769.313,00
(Provisão para operações de crédito)	-4.532.923,00	-9.983.063,00	-14.436.120,00	-13.462.873,00	-15.276.764,00

Outros Créditos	26.085.737,00	78.068.817,00	56.312.074,00	64.455.717,00	68.547.960,00
Carteira de câmbio	16.099.986,00	49.473.902,00	25.313.317,00	19.525.671,00	26.038.027,00
Rendas a receber	850.649,00	1.134.038,00	739.968,00	1.092.219,00	1.266.414,00
Operações com emissoras de cartão de crédito	0,00	5.100.495,00	9.520.515,00	18.060.924,00	18.408.662,00
Crédito com operações de seguros e resseguros	789.636,00	3.646.249,00	3.420.379,00	3.035.835,00	3.589.696,00
Negociação e intermediação de valores	1.035.426,00	2.146.053,00	864.741,00	3.079.285,00	1.728.168,00
Diversos	7.310.040,00	16.568.080,00	16.453.154,00	19.661.783,00	17.516.993,00
Outros Valores e Bens	2.201.858,00	3.064.114,00	2.812.610,00	3.342.439,00	3.471.968,00
Bens não destinados ao uso	0,00	562.191,00	359.910,00	150.349,00	138.589,00
(Provisões para desvalorizações)	-59.820,00	-208.255,00	-92.451,00	-69.182,00	-49.011,00
Prêmios não ganhos de resseguros	0,00	500.789,00	558.690,00	424.362,00	552.950,00
Outros valores e bens	357.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas antecipadas	1.904.189,00	2.209.389,00	1.986.461,00	2.836.910,00	2.829.440,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	63.054.653,00	139.487.088,00	145.252.796,00	176.062.251,00	216.674.506,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.669.601,00	4.277.079,00	6.183.973,00	696.707,00	2.436.840,00
Aplicações no mercado aberto	613.393,00	896.124,00	3.048.037,00	23.230,00	6,00
Aplicações no mercado aberto - recursos garantidos	400.355,00	2.091.711,00	2.598.695,00	154.125,00	0,00
Aplicações em depósitos interfinanceiros	655.853,00	1.289.244,00	537.241,00	519.352,00	2.436.834,00
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8.376.940,00	29.071.150,00	24.913.383,00	30.575.168,00	40.175.954,00
Carteira própria	4.678.813,00	12.083.753,00	11.642.294,00	15.705.664,00	22.040.083,00
Vinculados a compromissos de recompra	761.310,00	3.246.332,00	935.112,00	6.281.895,00	8.211.080,00
Vinculados à prestação de garantias	1.104.162,00	2.282.005,00	2.644.535,00	2.147.948,00	1.889.009,00
Vinculados ao banco central	0,00	3.786.890,00	4.395.002,00	147.149,00	349.291,00
Instrumentos financeiros derivativos	1.174.016,00	3.585.157,00	2.092.806,00	2.718.556,00	3.584.698,00
Recursos garantidores das provisões técnicas - outros títulos	658.639,00	4.087.013,00	3.203.634,00	3.573.956,00	4.101.793,00
Relações Interfinanceiras SFH - Sistema Financeiro Internacional	386.798,00	655.867,00	521.514,00	572.144,00	669.734,00
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	37.689.381,00	73.914.951,00	81.227.716,00	114.128.172,00	139.218.506,00
Operações com características de concessão de crédito	41.082.118,00	83.904.043,00	90.843.469,00	122.683.517,00	149.713.469,00
(Provisão para operações de crédito)	-3.392.737,00	-9.989.092,00	-9.615.753,00	-8.555.345,00	-10.494.963,00

Outros Créditos									
Carteira de câmbio	12.523.088,00	29.546.084,00	30.861.607,00	29.105.844,00	32.688.824,00				
Diversos	2.669.828,00 9.853.260,00	2.354.776,00 27.191.308,00	1.925.929,00 28.935.678,00	2.067.147,00 27.038.697,00	411.772,00 32.277.052,00				
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	2.408.845,00	2.021.957,00	1.544.603,00	984.216,00	1.484.648,00				
PERMANENTE	3.896.456,00	10.425.570,00	10.294.919,00	10.979.052,00	11.909.142,00				
Investimentos	1.259.767,00	2.258.091,00	2.187.100,00	3.249.788,00	2.716.641,00				
Participações em coligadas e controladas	1.008.546,00	1.354.055,00	1.191.662,00	2.058.988,00	1.684.423,00				
Outros investimentos (Provisão para perdas)	330.197,00 -78.976,00	1.081.310,00 -177.274,00	1.173.700,00 -178.262,00	1.379.070,00 -188.270,00	1.235.566,00 -203.348,00				
Imobilizado de Uso	1.885.492,00	4.025.178,00	4.353.175,00	4.723.791,00	5.286.998,00				
Imóveis de uso	2.272.133,00	4.351.024,00	4.286.573,00	3.291.742,00	3.453.180,00				
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	3.662.225,00 -4.048.866,00	5.998.570,00 -6.324.416,00	6.183.663,00 -6.117.061,00	7.998.898,00 -6.566.849,00	8.561.880,00 -6.728.062,00				
Imobilizado de Arrendamento	12.246,00	9.335,00	6.424,00	3.999,00	0,00				
Bens arrendados (Depreciação acumulada)	18.553,00 -6.307,00	18.553,00 -9.218,00	18.553,00 -12.129,00	18.553,00 -14.554,00	0,00 0,00				
Ágio	0,00	0,00	0,00	67.617,00	95.691,00				
Intangível	738.951,00	4.132.966,00	3.748.220,00	2.933.857,00	3.809.812,00				
Direitos por Aquisição Folhas de Pagamento	0,00	2.395.438,00	2.597.749,00	2.414.697,00	1.647.548,00				
Ágios de Incorporação (Amortização acumulada)	1.105.535,00 -366.584,00	2.352.408,00 -614.880,00	2.600.892,00 -1.450.421,00	2.456.978,00 -1.937.818,00	3.876.786,00 -1.714.522,00				
TOTAL DO ATIVO	294.876.251,00	637.202.225,00	608.273.230,00	751.443.110,00	851.331.735,00				

BALANÇO PATRIMONIAL ITAU UNIBANCO

Em milhares de reais

PASSIVO	2007	2008	2009	2010	2011
PASSIVO CIRCULANTE	173.095.127,00	325.881.447,00	356.276.207,00	400.664.566,00	421.618.311,00
Depósitos	74.928.259,00	121.937.743,00	125.327.596,00	139.548.607,00	159.455.538,00
Depósitos à vista	26.729.041,00	24.836.767,00	26.932.947,00	25.537.134,00	28.932.523,00
Depósitos de poupança	27.989.905,00	48.221.550,00	39.296.239,00	57.899.455,00	67.169.544,00
Depósitos interfinanceiros	1.509.891,00	1.897.039,00	2.517.959,00	1.683.821,00	1.793.508,00
Depósitos a prazo	17.294.464,00	45.985.522,00	55.442.244,00	53.522.521,00	61.559.963,00
Outros depósitos	1.404.958,00	996.865,00	1.138.207,00	905.676,00	0,00
Captações no Mercado Aberto	38.873.272,00	88.415.532,00	86.321.785,00	122.444.995,00	81.813.398,00
Carteira própria	17.877.911,00	35.947.821,00	22.881.682,00	98.424.824,00	43.471.088,00
Carteira de terceiros	20.995.361,00	51.798.921,00	62.349.894,00	23.069.503,00	36.537.645,00
Carteira livre movimentação	0,00	668.790,00	1.090.209,00	950.668,00	1.804.665,00
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.034.797,00	10.452.033,00	10.844.659,00	14.581.772,00	29.459.349,00
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	282.250,00	8.266.027,00	7.658.693,00	10.967.302,00	18.474.079,00
Recursos se debêntures	1.599.990,00	237.591,00	127.489,00	292.676,00	1.038.733,00
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.152.557,00	1.948.415,00	3.058.477,00	3.321.794,00	9.946.537,00
Relações Interfinanceiras - Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	403.549,00	290.588,00	399.167,00	411.902,00	120.726,00
Recebimentos e pagamentos a liquidar	49.181,00	64.544,00	159.395,00	288.302,00	67.554,00
Correspondentes	354.368,00	226.044,00	239.772,00	123.600,00	53.172,00
Relações Interdependências - Recursos em Trânsito de Terceiros	1.452.411,00	2.786.792,00	2.608.978,00	3.256.170,00	3.927.461,00
Recursos em trânsito de terceiros	1.427.908,00	2.705.525,00	2.584.415,00	3.221.184,00	3.857.437,00
Transferências internas de recursos	24.503,00	81.267,00	24.563,00	34.986,00	70.024,00
Obrigações por Empréstimos	10.211.650,00	14.478.271,00	23.467.846,00	21.777.965,00	29.009.787,00
Empréstimos no país - outras instituições	8.068.941,00	8.508.785,00	17.964.771,00	12.009.163,00	17.972.358,00
Empréstimos no exterior	0,00	5.969.486,00	5.503.075,00	0,00	0,00
Repasses	2.142.709,00	0,00	0,00	9.768.802,00	11.037.429,00

Instrumentos Financeiros Derivativos	2.499.951,00	3.335.332,00	11.224.033,00	3.979.057,00	4.139.099,00
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	3.189.823,00	9.214.061,00	7.050.805,00	9.269.146,00	10.470.320,00
Outras Obrigações	38.501.415,00	74.971.095,00	89.031.338,00	85.394.952,00	103.222.633,00
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	355.670,00	472.971,00	665.785,00	694.359,00	855.975,00
Carteira de câmbio	16.243.458,00	25.742.752,00	47.720.106,00	19.927.459,00	25.751.044,00
Sociais e estatutárias	2.859.323,00	4.290.048,00	3.670.437,00	4.462.534,00	2.976.200,00
Fiscais e previdenciárias	2.152.751,00	7.414.591,00	6.830.641,00	8.937.165,00	7.051.103,00
Negociação e intermediação de valores	1.986.006,00	1.135.079,00	2.729.484,00	3.099.347,00	2.503.701,00
Operações com cartão de crédito	8.705.802,00	25.977.057,00	19.111.745,00	36.851.682,00	41.178.016,00
Securitização de ordens de pagamento no exterior	166.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas subordinadas	2.065.107,00	38.720,00	1.261.411,00	976.930,00	10.715.074,00
Credores por Antecipação de Valor Residual	0,00	0,00	215.500,00	0,00	0,00
Diversas	3.966.971,00	9.899.877,00	6.826.229,00	10.445.476,00	12.191.520,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	90.618.028,00	227.974.625,00	234.512.149,00	285.621.231,00	355.390.776,00
Depósitos	6.663.918,00	68.834.426,00	80.861.802,00	63.139.450,00	83.180.884,00
Depósitos interfinanceiros	106.013,00	149.368,00	403.176,00	245.596,00	272.115,00
Depósitos a prazo	6.557.905,00	68.685.058,00	80.458.626,00	62.893.854,00	82.908.769,00
Captações no Mercado Aberto	25.859.846,00	43.519.001,00	38.036.677,00	77.211.358,00	107.005.139,00
Carteira própria	25.503.331,00	39.271.563,00	37.862.401,00	66.471.552,00	92.576.432,00
Carteira de terceiros	0,00	62.289,00	174.276,00	0,00	0,00
Carteira de livre movimentação	356.515,00	4.185.149,00	0,00	10.739.806,00	14.428.707,00
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.336.311,00	6.867.587,00	8.750.986,00	11.009.947,00	22.097.865,00
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	906.993,00	586.092,00	1.353.874,00	3.310.387,00	15.113.364,00
Recursos de debêntures	2.129.902,00	2.526.687,00	3.462.376,00	1.091.417,00	63,00
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.299.416,00	3.754.808,00	3.934.736,00	6.608.143,00	6.984.438,00
Obrigações por Empréstimos - Empréstimos no Exterior	2.613.800,00	3.827.503,00	6.215.726,00	0,00	0,00
Obrigações por Repasses do País	3.974.717,00	16.386.397,00	12.952.844,00	25.559.999,00	27.592.273,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	3.639.691,00	3.170.360,00

Repasses	0,00	0,00	0,00	21.920.308,00	24.421.913,00
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.357.353,00	2.140.714,00	3.583.423,00	1.725.778,00	2.668.217,00
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	20.642.276,00	43.189.687,00	36.131.280,00	51.281.621,00	63.284.144,00
Outras Obrigações	24.169.807,00	43.209.310,00	47.979.411,00	55.693.078,00	49.562.254,00
Carteiras de câmbio	2.674.110,00	1.939.565,00	3.041.056,00	2.107.495,00	430.526,00
Fiscais e previdenciárias	8.564.955,00	13.268.553,00	11.167.723,00	13.429.083,00	12.973.003,00
Securitização de ordens de pagamento no exterior	943.248,00				
Operações com cartões de crédito	0,00	198.240,00	0,00	23.151,00	0,00
Dívidas subordinadas	9.310.176,00	0,00	3.613.233,00	32.852.941,00	28.259.410,00
Credores por Antecipação de Valor Residual	0,00	21.999.496,00	21.164.412,00	0,00	0,00
Diversas	2.677.318,00	5.803.456,00	8.992.987,00	7.280.408,00	7.899.315,00
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	73.509,00	193.734,00	231.105,00	765.865,00	836.211,00
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	2.120.501,00	3.540.001,00	2.518.728,00	3.512.903,00	2.138.904,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.969.086,00	50.683.423,00	43.664.036,00	60.878.545,00	71.347.333,00
Capital social	14.254.213,00	45.000.000,00	29.000.000,00	45.000.000,00	45.000.000,00
Reservas de capital	1.290.059,00	640.759,00	597.706,00	594.734,00	763.413,00
Reservas de lucros	14.531.741,00	5.953.960,00	16.015.742,00	15.895.260,00	27.386.624,00
Ajustes de avaliação patrimonial (Ações em tesouraria)	65.467,00	120.031,00	-423.717,00	17.128,00	-139.142,00
Lucros acumulados	-1.172.394,00	-1.031.327,00	-1.525.695,00	-628.577,00	-1.663.562,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	294.876.251,00	608.273.230,00	637.202.225,00	751.443.110,00	851.331.535,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ITAU UNIBANCO

Em milhares de reais

DRE	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de crédito	32.129.740,00	56.431.023,00	76.727.739,00	79.626.922,00	101.366.445,00
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.054.632,00	37.891.596,00	47.476.820,00	51.314.622,00	59.102.824,00
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização	7.830.790,00	13.899.186,00	24.024.883,00	18.714.020,00	26.060.595,00
Resultado de operações de câmbio	2.210.270,00	2.321.376,00	4.575.783,00	4.512.672,00	5.929.625,00
Resultado das aplicações compulsórias	147.596,00	986.858,00	9.482,00	979.912,00	914.047,00
	886.452,00	1.332.007,00	640.771,00	4.105.696,00	9.359.354,00
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de captação no mercado	-11.158.359,00	-33.063.657,00	-30.581.022,00	-34.979.324,00	-54.107.439,00
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização	-9.444.942,00	-26.830.246,00	-26.296.868,00	-30.082.387,00	-46.249.862,00
Operações de empréstimos e repasses	-1.840.601,00	-1.841.417,00	-3.992.544,00	-3.928.147,00	-5.239.459,00
	127.184,00	-4.391.994,00	-291.610,00	-968.790,00	-2.618.118,00
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.971.381,00	23.367.366,00	46.146.717,00	44.647.598,00	47.259.006,00
ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA					
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA					
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-5.494.895,00	-12.945.605,00	-14.165.307,00	-9.911.355,00	-14.423.754,00
Receita de recuperação de créditos baixados com prejuízo	-6.563.386,00	-14.279.713,00	-16.398.955,00	-14.120.560,00	-19.911.948,00
	1.068.491,00	1.334.108,00	2.233.648,00	4.209.205,00	5.488.194,00
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.476.486,00	10.421.761,00	31.981.410,00	34.736.243,00	32.835.252,00
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS					
Receitas de prestação de serviços	-4.431.014,00	-11.123.239,00	-12.364.637,00	-14.480.968,00	-14.545.854,00
Rendas de tarifas bancárias	10.174.445,00	8.649.399,00	12.455.231,00	12.340.783,00	13.912.326,00
Resultados de operações com seguros, previdência e capitalização	0,00	2.554.778,00	2.771.722,00	4.759.871,00	5.135.371,00
Despesas de pessoal	1.218.943,00	1.307.241,00	2.431.694,00	2.099.884,00	2.714.409,00
Outras despesas administrativas	-5.522.765,00	-7.632.140,00	-9.832.230,00	-12.451.571,00	-13.356.634,00
Despesas tributárias	-6.403.231,00	-7.920.721,00	-11.592.702,00	-13.597.894,00	-14.099.747,00
Resultado de participações em coligadas e controladas	-2.532.627,00	-2.335.735,00	-4.237.763,00	-4.168.422,00	-4.091.978,00
Outras receitas operacionais	219.563,00	193.532,00	177.956,00	423.093,00	39.497,00
Outras despesas operacionais	521.397,00	1.508.795,00	941.050,00	528.633,00	392.528,00
	-2.106.739,00	-7.448.388,00	-5.479.595,00	-4.415.345,00	-5.191.626,00

RESULTADO OPERACIONAL	11.045.472,00	-701.478,00	19.616.773,00	20.255.275,00	18.289.398,00
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.873.321,00	205.782,00	430.436,00	80.594,00	191.390,00
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.918.793,00	-495.696,00	20.047.209,00	20.335.869,00	18.480.788,00
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-4.756.443,00	9.420.450,00	-7.421.217,00	-5.886.043,00	-2.855.428,00
Devidos sobre operações do período	-3.032.090,00	-2.794.837,00	-6.199.436,00	-4.127.657,00	-7.029.598,00
A compensar referentes a adições temporárias	-1.724.353,00	12.215.287,00	-1.221.781,00	-1.758.386,00	4.174.170,00
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-743.657,00	-854.882,00	-1.695.371,00	-260.940,00	-191.923,00
Empregados - Lei n 10.101 de 19/12/2000	-616.001,00	-747.750,00	-1.490.730,00	0,00	0,00
Administradores - Estatutárias - Lei n 6.404 de 15/12/1976	-127.656,00	-107.132,00	-204.641,00	-260.940,00	-191.923,00
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	54.911,00	-266.389,00	-864.013,00	-865.923,00	-812.816,00
LUCRO LÍQUIDO	8.473.604,00	7.803.483,00	10.066.608,00	13.322.963,00	14.620.621,00
Número de ações em circulação	2.398.743.827,00	3.472.966.007,00	4.517.815.519,00	4.536.069.092,00	4.529.310.833,00
Lucro por lote em mil ações - R\$	3,53	2,25	2,23	2,94	3,23
Valor patrimonial por lote de mil ações - R\$	2,99	10,68	11,19	13,40	15,81

REFERÊNCIAS

- BESSIS, Joel. **Risk Management in Banking**. Chichester: John Wiley & Sons, 1998.
- CAPELLETTO, L.R.; MARTINS, E.; CORRAR, L.J. **Mensuração do Risco Sistêmico no Setor Bancário com Variáveis Contábeis e Econômicas**; Banco central do Brasil: Textos para discussão n° 169. Brasília, 2008.
- CAPRIO Jr., Gerard. **Preventing Bank Crises: lessons from recent global bank failures**. Washington, DC: Economic Development Institute (EDI) – World Bank, 1998.
- Crouhy, M.; Galoi, D.; Mark, R. **Gerenciamento de Risco: Abordagem Conceitual e Prática**. Uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- FILHO, J.R.T.; KROENKE, A.; SOTHE, **Impactos da Crise do Subprime na Provisão do Risco de Crédito dos Maiores Bancos Nacionais**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios: São Paulo, 2009.
- GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- GITMAN, LAWRENCE J., **Princípios da Administração Financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Indicadores Conjunturais: Rio de Janeiro, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICO APLICADA. IPEA. Crise Financeira Global – Mudanças Estruturais e Impactos sobre os Emergentes e o Brasil. Brasília, 2011.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de.; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não Contadores**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KASZNAR, I.; **O Cadastro Positivo Permitirá Juros Menores ao Tomador no Brasil**. Revista do Crédito, Ano 7, n 58, 2009.
- MARTINS, Eliseu. **EBITDA, o que é isso?** São Paulo, 1998.
- MATIAS,P. J.; **A Economia Brasileira Frente à Crise Financeira e Econômica Mundial**. Observatório da Economia Latino-americana, Número 116, 2009.
- NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RELATÓRIO ANUAL DO BANCO DO BRASIL ANO 2008. Brasília, 2009. Disponível em www.bb.com.br; Acesso em: 07/08/2012.

RELATÓRIO ANUAL DO ITAU UNIBANCO ANO 2008. São Paulo, 2009. Disponível em: www.itaunet.com.br; Acesso em: 07/08/2012.